

## 5 Considerações finais

Este estudo teve como objetivo determinar se existem diferentes padrões de alocação do orçamento familiar na categoria educação, tendo em vista as diversas faixas de renda da população metropolitana do Rio de Janeiro e se há diferenças no padrão de alocação das despesas em educação dessas famílias, dos anos 2002/2003 para 2008/2009, com base nas Pesquisas de Orçamento Familiar do IBGE (POF/IBGE).

Por meio da aplicação de técnicas de estatística descritiva e de inferência estatística chegou-se aos seguintes resultados:

- Em ambas as POF's, o percentual dos chefes de família do sexo masculino foi maior.
- O percentual de famílias nas classes D e E diminuiu entre as POF's 2002/2003 e 2008/2009, e nas classes A, B e C aumentou.
- A renda total familiar aumentou de 2002/2003 para 2008/2009.
- O percentual médio de gastos com educação por classe social diminuiu, para as classes A, B, C e E, e aumentou para a classe D (aumento pouco significativo, da ordem de 1,42%).
- Muitas famílias não apresentaram gastos com educação.
- Não há correlação significativa entre a renda total das famílias e o gasto com educação, nas POF's 2002/2003 e 2008/2009.
- Nas duas amostras, 2002/2003 e 2008/2009, a diferença do percentual de famílias com chefes do sexo masculino e feminino, em cada faixa de gasto com educação, é muito pequena.
- Em ambas as amostras, 2002/2003 e 2008/2009, a maior quantidade de famílias que aloca um percentual alto (maior que 5%) de despesas em educação encontra-se na faixa de idade dos chefes de família entre 31 e 50 anos.
- Há diferença na média de gastos com educação, para as diferentes classes sociais, entre os anos de 2002/2003 e 2008/2009. Esta média de despesas diminuiu entre 2002/2003 e 2008/2009.

- Não há diferença significativa na média dos gastos com educação entre as diferentes classes sociais, independente do ano.

Em relação ao gênero, os resultados apresentados na Tabela 10 da estatística descritiva não apresentaram uma diferença significativa que levasse à realização de um teste estatístico.

As conclusões deste estudo revelam uma redução do percentual de gastos com educação entre 2002/2003 e 2008/2009, além de um percentual elevado de famílias declarar que não possui gasto algum com educação.

Os resultados do presente estudo contrariam o enunciado da Lei de Engel no que tange à educação, uma vez que a Lei afirma que à medida que a renda cresce a proporção do dispêndio total alocado em educação, recreação e outros serviços também crescem (KIRSTEN, 1985 apud JANNUZZI, 1997). No entanto, os resultados revelam que não há diferença significativa na média dos gastos com educação entre as diferentes classes sociais, independente do ano.

É válido observar que os resultados da presente pesquisa contrariam, não apenas o enunciado da Lei de Engel, como os dados referentes ao contexto do mercado de educação apresentados neste trabalho e os próprios indicadores socioeconômicos do Brasil no período.

Com efeito, entre 2004 e 2010 houve um fortalecimento da classe média, com cerca de 30 milhões de pessoas ascendendo de classe social, ainda que os gastos com educação fossem reduzidos. Segundo Temer (2010), o aumento da renda familiar dos brasileiros entre 2003 e 2009 foi da ordem de 21,5%. Com esse crescimento, abriram-se novas fronteiras para o consumo, para a indústria e para fornecedores de serviços nacionais, permitindo o crescimento expressivo de 9% do PIB no primeiro trimestre de 2010. Esses dados de consumo contrastam, no entanto, com a redução dos gastos com educação das famílias.

De fato, a análise, na Tabela 23, do comprometimento da renda total das famílias, independente da classe social, revela aumento do comprometimento, de 2002/2003 para 2008/2009. Com base nessa constatação, pode-se estabelecer a hipótese de que o aumento de renda fez com que as despesas das famílias aumentassem em outros grupos de despesas (notadamente aqueles referentes a bens de consumo), que não a educação, uma vez que, no caso da educação, há a alternativa de substituição da escola privada pela escola pública.

Ano	2002/2003			2008/2009		
Classe	Renda Total	Despesa Total	Comprometimento da Renda	Renda Total	Despesa Total	Comprometimento da Renda
A	8835,28	6238,6	0,706100995	11004,23	7863,28	0,714568852
B	2586,49	2396,2	0,926429254	2598,37	2475,64	0,952766542
C	1084,85	1061,29	0,978282712	1115,02	1179,86	1,058151423
D	593,11	651,75	1,098868675	603,41	672,13	1,113886081
E	329,18	595,9	1,810255787	345,21	766,26	2,219692361

Tabela 23 – Comprometimento da Renda 2002/2003 e 2008/2009

Fonte: Elaborado pelo autor

A hipótese levantada no parágrafo anterior parece razoável quando avaliada à luz dos resultados do Censo Escolar 2012. De fato, no Brasil, grande parte dos alunos está matriculada no ensino público, como por exemplo, no ensino fundamental, onde a rede municipal concentra a maior parte das matrículas, com 16.323.158 estudantes. Em seguida, aparece a rede estadual, com 9.083.704 matrículas, e a particular, com 4.270.932. A rede federal possui 24.704 alunos nesta etapa de ensino. (CENSO ESCOLAR, 2012)

Os dados recolhidos da POF são, reconhecidamente, de boa qualidade, uma vez que o IBGE, órgão responsável pela sua realização, é um órgão de pesquisa respeitado mundialmente. Outras pesquisas, como Silva (2004), Abreu (2011), Silva (2012) e Diaz e Cano (2012) utilizaram os dados das POF's 2002/2003 e 2008/2009 e obtiveram resultados relevantes. Segundo Pinto (2011), o IBGE é a fonte de informação e dados secundários mais utilizada pelos pesquisadores de administração, por ser o produtor oficial de informações estatísticas sobre a realidade brasileira.

Partindo-se do pressuposto da boa qualidade dos dados, as perspectivas de continuação desta pesquisa iniciam-se com a aplicação do mesmo procedimento estatístico em outras regiões do país. É importante verificar se a realidade de gastos com educação da região metropolitana do Rio de Janeiro se repete em outras regiões do país, ou se se trata de um comportamento particular dessa amostra.

Além disso, sugere-se realizar pesquisa qualitativa para aprofundar o entendimento da categoria orçamentária educação em diversos segmentos de renda. Esta sugestão ganha importância em função do percentual elevado de famílias que declararam não ter gasto com itens referentes à educação. É possível que os resultados encontrados na presente pesquisa tenham sido, em parte, fruto da dificuldade de compreensão da categoria educação pelos respondentes.

Outra perspectiva de pesquisa futura é a comparação dos resultados do presente estudo com trabalhos acerca do consumo cultural das famílias brasileiras, em especial o trabalho de Silva, Araújo e Souza (2007), que, dentre outros temas, aborda as relações entre escolaridade e composição de consumo das famílias com base em dados da POF.